



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

Isabel Cristina de Jesus Brandão
(UESB)³⁴⁷

RESUMO

O objetivo desse estudo é compreender o que têm sido as políticas públicas de Educação Infantil a partir da Lei de Diretrizes Bases da Educação (LDB - Lei 9394/96), sendo objeto de estudo prefeitura administrada pelo Partido dos Trabalhadores desde o ano de 1996, o que justifica a escolha da Cidade de Vitória da Conquista - Ba. A pesquisa constituiu-se de um estudo documental e entrevistas. As entrevistas constituíram uma fonte importante de dados, pois, no geral, os documentos a que tive acesso não traziam informações suficientes para obtenção de uma visão mais ampla, tanto da história do município, como da estrutura e funcionamento dos setores responsáveis pela Educação Infantil e o próprio funcionamento da rede. Pela análise dos dados, foi possível identificar as principais características das políticas para a Educação Infantil nos municípios pesquisados: a prioridade de atendimento é a criança de seis anos de idade, por meio da sua inclusão no primeiro ciclo do Ensino Fundamental; propostas de redução no atendimento às crianças de creche para meio período; falta de verba para a Educação Infantil; desatualização dos dados sobre a demanda de atendimento; desvalorização do profissional que atua na Educação Infantil; dicotomia entre cuidar e educar; proposta de construção de rede pública municipal sem preocupação com a qualidade; avaliação centrada no controle da criança.

³⁴⁷ Professora da UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Doutoranda pela UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. E-mail: icjbrandao@yahoo.com.br.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

INTRODUÇÃO

A política pública em Educação Infantil vem sendo destacada por vários pesquisadores e profissionais da área, principalmente, como meio de garantir às crianças os direitos conquistados por diferentes movimentos da sociedade civil organizada, sobressaindo o movimento de mulheres. Esses direitos foram consubstanciados nos diferentes documentos legislativos: Constituição de 1988; Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, 1990) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996).

Compreendo que as políticas públicas não podem ser consideradas em si mesmas, não constituem um processo meramente técnico, mas incluem valores e princípios, refletem o resultado das lutas por uma concepção de educação, escola, sociedade, a construção do tipo de indivíduo.

Nesse estudo, meu objetivo é compreender o que têm sido as políticas públicas de Educação Infantil a partir da Lei de Diretrizes Bases da Educação (LDB - Lei 9394/96), pois, com essa lei, é estabelecida a obrigatoriedade no atendimento a crianças; cabe ao Estado o dever com a Educação Infantil. Os objetivos específicos são: verificar as principais características das Políticas Públicas de Educação Infantil apresentadas em Vitória da Conquista; identificar as propostas de atendimento às crianças de Educação Infantil; verificar a diferença entre as propostas de atendimento às crianças de Creche e de Pré-escola; identificar os documentos específicos sobre o assunto.

Escolhi prefeituras petistas por acreditar que elas têm apresentado políticas públicas, especialmente na área da educação, que se diferenciam das de outros governos. Este fato me leva a verificar se realmente há avanços nas políticas de educação da criança de zero a seis anos e quais são esses avanços.

Conforme está definido no documento do Partido dos Trabalhadores (PT): *O modo petista de governar: programa de governo:*



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Nossas administrações têm dado mostra da capacidade que temos de governar com a população. A participação e o controle social, expressos através do orçamento participativo; dos conselhos de gestão existentes nas diferentes áreas (saúde, educação, transporte...); dos fóruns de participação consolidam, mais que uma marca de governo, a possibilidade de combinar a democracia representativa com a democracia direta, incorporando significativas parcelas da população que normalmente são excluídas das decisões políticas/administrativas que afetam seu cotidiano. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1996], p. 06).

As diretrizes do programa de governo do PT são: participação popular; inversão de prioridades; modernização administrativa e desenvolvimento econômico sustentado.

A escolha de Vitória da Conquista³⁴⁸ se deu em função de ser o único município na Região Sudoeste da Bahia a ser governado pelo Partido dos Trabalhadores, no seu segundo mandato; por ser um dos municípios que têm se destacado em projetos voltados para crianças³⁴⁹ e, também, por ser a cidade em que trabalho como docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, desde 1998, o que me ajudará a compreender um pouco mais da realidade em que estamos.

Realizei a coleta de dados durante o ano de 2002, nos meses de outubro/novembro (14/10 a 01/11). Além do levantamento de fontes documentais, entrevistei a coordenadora do grupo pedagógico de Educação Infantil; a equipe da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), responsável pelas creches; Secretário Municipal de Educação.

³⁴⁸ Algumas vezes estarei referindo à cidade somente por Conquista, como é geralmente tratada pelos moradores.

³⁴⁹ Um dos projetos de maior destaque é o Conquista Criança, o qual rendeu ao prefeito Guilherme Menezes, no ano de 2000, o prêmio Prefeito Criança.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Entendo que pesquisar as Políticas Públicas de Educação Infantil possibilita verificar e compreender as concepções de infância e Educação Infantil que têm se hegemonizado e norteado as propostas do município pesquisado.

A legislação em vigor ainda está baseada na antiga Lei de Diretrizes e Bases da Educação a 5692/71. A Resolução 001/96, que institui o Regimento Unificado das Escolas de 1º Grau da Rede Municipal de Ensino, é fruto de ampla discussão ocorrida no período de abril a setembro de 1996. Vale destacar que nesse ano prevalecia em todo o país um debate polêmico sobre a Lei de Diretrizes e Base da Educação (Lei 9394/96).

Foi elaborado pela prefeitura um novo documento que regulamentará a educação do município, mas, até outubro de 2002, período em que realizei a coleta de dados na cidade, ainda não havia sido aprovado pelo Conselho Municipal de Educação e, por isso, não foi permitido o acesso sob a alegação de que poderia haver o risco de ser publicado em outros fóruns. Esse fato remete a uma discussão sobre o acesso às informações públicas, não somente enquanto pesquisadora, mas também, e principalmente pelo direito do cidadão, em conhecer e participar das discussões e elaboração de políticas públicas.

O Regimento Unificado institui que as unidades que integram a Rede de Educação de Ensino de Vitória da Conquista são as escolas de Ensino Fundamental, de 1ª a 4ª séries; de 1ª a 8ª séries; de 5ª à 8ª séries e escolas de uma, duas ou três classes situadas privativamente na zona rural e na periferia urbana.

A Educação Infantil tem como objetivo geral garantir ao educando a construção de formas ou sistemas de representação da realidade, de acordo com o seu desenvolvimento físico, emocional, intelectual e social. O Art. 13 define como objetivos específicos:

- I – Proporcionar condições para o desenvolvimento físico, psicológico e intelectual da criança, em ação complementar à da família;



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

II - Promover a ampliação das experiências e conhecimentos infantis, estimulando seu interesse pelo processo de transformação na natureza e pela convivência em sociedade. (VITÓRIA DA CONQUISTA, 1996, p. 10).

O Art. 16 diz que, para assegurar os fins a que se propõem, as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino adotarão os seguintes mecanismos: Oferta de Educação Infantil, mediante programas e métodos próprios, vertical e horizontalmente articulados com o Ensino Fundamental, em atividades que permitam atender às características e às potencialidades da criança. (VITÓRIA DA CONQUISTA, 1996, p. 10).

O Título IV, Cap. III, Seção I, indica sobre o currículo do Pré-escolar:

Artigo 93 - A Escola tem sua estrutura e organização curricular adequadas às etapas de desenvolvimento do Pré-escolar, visando ao desenvolvimento de habilidades conceituais e sociais bem como à formação de hábitos e atitudes.

Artigo 94 - Os conteúdos curriculares desenvolvidos exclusivamente sob a forma de Atividades são:

I - Área biológica: atividades de higiene e saúde;

II - Área psicológica:

a) Domínio cognitivo: atividades de linguagem e do conhecimento lógico-matemático;

b) Domínio afetivo: atividades de comunicação e expressão corporal, musical e plástica;

c) Domínio psicomotor: atividades de motricidade geral e perceptivo-motoras.

III - Área sociológica: atividades de conhecimento do ensino físico, integração social e de formação moral e cívica.

Parágrafo Único - A seleção, dosagem e graduação das atividades curriculares levam em conta as características do Pré-escolar em cada fase do seu processo de desenvolvimento. (VITÓRIA DA CONQUISTA, 1996, p. 32).

O currículo apresenta uma estrutura que reafirma o processo escolarizante da educação da criança pequena. Num primeiro momento, chama a atenção a



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

fragmentação do conhecimento na Educação Infantil e a ênfase no domínio cognitivo de conhecimentos relacionados às áreas de Português e Matemática, as quais também são centrais no Ensino Fundamental.

Na prática de uma escolarização precoce, a escola antecipa o processo de exclusão escolar, além de realizar um diagrama do aluno que sabe mais e do que sabe menos, privilegiando aquele que sabe mais por meio de promoções, como, por exemplo, pontos a mais nas notas adquiridas no semestre, convite para participar dos eventos realizados pela escola (teatros, gincanas...).

A noção de experiência educativa que percorre as Creches e Pré-escolas tem variado bastante. Quando se trata de crianças das classes populares, muitas vezes a prática tem se voltado para as atividades que têm por objetivo educar para a submissão, o disciplinamento, o silêncio, a obediência. De outro lado, mas de forma igualmente perversa, também ocorrem experiências voltadas para o que chamo de “escolarização precoce”, igualmente disciplinadoras, no seu pior sentido. Refiro-me a experiências que trazem para a Pré-escola, especialmente, o modelo da escola fundamental, as atividades com lápis e papel, os jogos ou atividades realizadas na mesa, a alfabetização ou a numeralização precoce, o cerceamento do corpo, a rigidez dos horários e da distribuição das atividades, as rotinas repetitivas, pobres e empobrecedoras. (BUJES, 2001, p. 16).

A Resolução 003/95 trata especificadamente da Educação Infantil, fixando normas para instalação, autorização e funcionamento de unidades que atendem crianças de idade inferior a sete anos.

Os objetivos da educação infantil são:

- I - Atender às suas necessidades básicas, possibilitando-lhe o desenvolvimento físico, social, psicológico e intelectual;
- II - Favorecer a aquisição de experiências amplas e diversificadas que permitam ao educando, dentro das suas



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

características, um desenvolvimento integral e harmonioso;

III - Proporcionar à criança a aquisição de hábitos e atitudes de vida social;

IV - Estimular a capacidade inventiva e as faculdades criadoras para que a criança possa expressar-se livre e espontaneamente;

V - Propiciar à criança condições que possibilitem proteção à sua saúde física e mental. (VITÓRIA DA CONQUISTA, 1995).

Em relação aos locais de funcionamento da Educação Infantil, estes podem ser, conforme Art. 7º da Resolução 003/95, “escolas maternais, jardins de infância, instituições equivalentes ou programas especiais”, sendo que cada classe deverá ter, no máximo, 25 crianças. Essas instituições poderão funcionar isoladas ou articuladas nos moldes definidos no Art. 8º da Resolução 003/95: I - Educação Infantil destinada a crianças de 0 a 2 anos; II - Educação Infantil destinada a crianças de 2 a 4 anos; III - Educação Infantil destinada a crianças de 4 a 6 anos. (VITÓRIA DA CONQUISTA, 1995).

Observa-se a utilização de nomenclaturas (escolas maternais, jardins de infância), tidas como superadas como definição das instituições de Educação Infantil, fato este que reforça a necessidade da SMED rever os documentos que versam sobre esta etapa da Educação.

O quadro que se apresenta hoje na organização da rede educacional de Vitória da Conquista não atende, na íntegra, a organização definida no Regimento Unificado. Atualmente, o sistema municipal funciona com escolas que têm uma organização pedagógica em ciclos (escolas cicladas) enquanto outras mantêm a organização por séries (escolas seriadas). Fato compreensível quando consideramos que o contexto educacional do país tem sofrido várias modificações nos últimos anos, especialmente, a partir da aprovação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), mas é questionável quando verificamos que o



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Regimento é fruto de discussões ocorridas no período em que também o país vivia a efervescência das discussões sobre a promulgação da atual LDB.

Em relação ao atendimento à Educação Infantil em Vitória da Conquista, chama a atenção o fato de ainda prevalecer a separação entre Creche e Pré-escola, sendo a primeira, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e a segunda, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação. O atendimento nas creches apresenta algumas características diferentes entre si: há creches com atendimento integral; outras em que as crianças permanecem somente meio período; algumas possuem também Pré-escolas. As crianças atendidas estão na faixa etária de dois a cinco anos. As crianças de seis anos estão, na sua maioria, freqüentando o primeiro ciclo do Ensino Fundamental.

Segundo o secretário municipal de educação, a partir de 1997, ano em que o PT assume pela primeira vez a administração, a educação em Conquista foi o principal foco de atuação: “Nós tínhamos um grande número de alunos em idade de Ensino Fundamental que estava fora da escola. Todo esforço inicial foi no sentido de absorver esses alunos”.

Em relação à Educação Infantil, durante a primeira gestão do PT, buscou-se ampliar o atendimento em creches, atingindo uma média de mais ou menos 70% das vagas em creches.

Esse aumento foi maior na zona urbana, onde se atendia a 1.400 crianças e, atualmente, atende a 2.100 crianças. Apesar desse avanço, o governo tem clareza de que ainda não atendeu a toda a demanda do município.

O maior investimento da prefeitura na área educacional, desde 1998, tem sido no Ensino Fundamental. Um dos motivos, talvez o principal, para esse investimento é a criação pelo governo federal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Vitória da Conquista tinha, até o ano de 1996, um total de 225 unidades escolares, atendendo a uma média de 30 mil alunos. Desses, 22 mil alunos estavam cursando o Ensino Fundamental. Atualmente, há 219 unidades de Ensino Fundamental e mais sete creches, totalizando 226 unidades. Até o ano de 2002, o Sistema Municipal de Ensino atendia a um total de 41 mil alunos, sendo 36 mil no Ensino Fundamental e, mais ou menos, 3 mil alunos na Educação Infantil. Esses dados demonstram que não houve avanço de unidades escolares, já que durante seis anos houve o acréscimo de somente *1 unidade escolar*, enquanto o número de alunos atendidos apresenta um maior crescimento. Essa política expressa uma tendência que vem sendo destacada por pesquisadores das políticas públicas de que o Fundef possibilitou ao município aumentar o atendimento no Ensino Fundamental, especialmente nas regiões Nordeste e Sudeste.

Para Guimarães e Pinto (2001, p. 100) chama a atenção “o fato de ser exatamente nas regiões mais pobres do País, onde mais avançou a responsabilização dos municípios pelo Ensino Fundamental, fato que trará graves conseqüências para o financiamento da Educação Infantil neste nível de governo”.

Em Conquista houve um decréscimo no atendimento da Educação Infantil, uma vez que as crianças de seis anos foram absorvidas no primeiro ciclo do Ensino Fundamental³⁵⁰ e não se mantiveram as vagas na Educação Infantil devido à “falta de financiamento”.

Nós temos o Fundef que garante o Ensino Fundamental, e o ensino infantil fica exatamente relegado ao que sobra do Fundef. Como nós temos a concentração muito grande no Ensino Fundamental, nossa capacidade no infantil é muito pequena. Nós temos o Fundef, mas o Fundef não é suficiente, acabamos gastando mais um pouco dos recursos da educação com o Ensino Fundamental. O que

³⁵⁰ A partir do ano de 2001, o município precisava absorver as crianças de seis anos no Ensino Fundamental pela implementação da nova estrutura do ciclo.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

sobra para o infantil acaba sendo muito pouco.
(ENTREVISTA SECRETÁRIO).

Essa questão do financiamento é uma luta antiga na Educação Infantil. “De que adianta educadores e administradores estarem conscientes da importância e da urgência das crianças, principalmente dos meios pobres, de idade inferior a sete anos, se não houver recursos financeiros para operar um programa?”. (DIDONET, 1977 apud KRAMER, 1984, p. 95).

Outra política adotada pela prefeitura é de contribuir para a fixação do aluno no campo por meio da abertura de “ginásios”. Esse crescimento do número de alunos atendidos no Ensino Fundamental é explicado pelos investimentos do Fundef.

A tendência e o estímulo para que a rede absorvesse aluno no Fundamental foi muito grande porque a gente estava, principalmente do Nordeste, estava precisando de recurso. Foi feito de certa forma um esforço para que se absorvesse esse aluno, no ponto de vista de possibilitar a escolaridade e, conseqüentemente, trazer mais receitas para o município. (ENTREVISTA SECRETÁRIO).

Ampliar a receita do município para a educação é um dos grandes desafios enfrentados pela administração pública; e uma das medidas para amenizar o problema foi nomear como Secretário Municipal da Educação um profissional formado em Administração, que tem como função principal “equilibrar as contas da Secretaria de Educação”. Esse secretário assim se posiciona: “Eu estou aqui há um ano, e estou trabalhando exatamente neste sentido”.

No ano de 2001, a SMED atendia a cerca de 56 turmas e, em 2002, esse número dobrou por uma melhoria no equilíbrio do financiamento e a ampliação do atendimento de crianças de seis anos e algumas turmas de cinco anos.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

O Ensino Fundamental funciona com turmas cicladas e turmas seriadas. Na zona rural, as escolas cicladas voltaram a adotar o modelo de seriação e multisseriação. Além disso, nos locais em que havia classes de seriação, foram criadas classes de alfabetização para crianças de seis anos “pré-alfa” e, em alguns lugares, abriram-se classes para crianças com cinco anos “prezinho”.

Há uma preocupação em investir constantemente na educação nas localidades rurais. Esse é um aspecto positivo quando pensamos no estado de abandono de grande parte da zona rural no Brasil.

A SMED tem como perspectiva até 2004 manter, na rede municipal, somente alunos a partir de seis anos. Esse aluno será absorvido em classes de alfabetização, em classe de pré-alfa no último estágio da Educação Infantil ou no primeiro ciclo de aprendizagem.

No que se refere ao atendimento de crianças até cinco anos de idade, a Secretaria tem como proposta construir *Centros de Educação Infantil*, independente das escolas de Ensino Fundamental. Esse projeto surge a partir de uma avaliação feita pela SMED no ano de 2002, na qual concluiu-se que:

Esse ano nos mostrou [...] que não está funcionando bem estar com classes de cinco, seis, sete anos numa escola com Ensino Fundamental. Não estamos conseguindo dar o acompanhamento que queríamos, tem o problema de organização na escola.

Mas, vamos mudar isso a partir de 2003. Nossas escolas de Ensino Fundamental, a partir de seis anos, se ela for seriada, com classe alfa, se for ciclada já dentro dos ciclos de aprendizagem. E vamos montar Centros de Educação Infantil para trabalhar com quatro e cinco anos. (ENTREVISTA SECRETÁRIO).

A construção dos Centros é justificada, também, como uma forma de proporcionar áreas específicas para crianças pequenas e com isso não “misturá-las às crianças maiores”. “Estamos trabalhando nessa perspectiva de criar Centros de



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Educação Infantil. Pelo que temos estudado, temos visto, nos parece o melhor caminho trabalhar com Centros de Educação Infantil bem específicos para atender aos meninos de quatro, cinco e seis anos e não misturá-los com os meninos maiores”. (ENTREVISTA SECRETÁRIO).

Construir os Centros é, sem dúvida, uma das principais metas a serem atingidas a partir de 2003, para isso, uma das estratégias adotadas pela SMED é tentar convencer a população, principalmente as dos bairros que já conseguiram, por meio do Orçamento Participativo, a garantia de construção de creche no bairro, que a construção do Centro de Educação Infantil para atender às crianças de quatro a cinco anos em dois turnos será melhor, pois atenderá a um número maior de crianças.

Temos idéia do nosso recurso. Temos a indicação e vamos convencer a comunidade. Nós aqui estamos defendendo; a comunidade, muitas vezes, pode até discordar da Pré-escola e não achamos que podemos estar atuando em creche ainda pela realidade nossa. Temos uma necessidade muito grande e temos poucos recursos. Numa unidade pode-se atender a duzentas crianças e se for atender em creche só pode atender a cem. (ENTREVISTA SECRETÁRIO).

Acredita-se que, com o tempo, essas unidades poderão ser ampliadas para atender a crianças de zero a cinco anos. Por enquanto, as crianças dessa faixa etária continuam sendo atendidas em creches e Pré-escolas.

Essa política, ao mesmo tempo em que representa uma preocupação em garantir o direito da criança, também reforça uma política de economia de tempo, espaço e recursos financeiros. O objetivo principal é atender a um número maior de crianças, por isso a proposta de um atendimento não integral, ou seja, o muito com pouco. É uma política de barateamento do atendimento à criança pequena. Rosemberg tem chamado atenção para essa tendência nas políticas públicas da



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

educação que vêm sendo reforçadas, principalmente, em período eleitoral. Uma política que atende às exigências do Banco Mundial.

As influências do BM³⁵¹ na EI brasileira a partir da administração de FHC³⁵² se fazem sentir através de dois eixos complementares: o da reforma educacional geral que, entre outras medidas, preconizou, em seu início, a prioridade absoluta de investimentos públicos no Ensino Fundamental; o da retomada da proposta de programas “não formais” a baixo investimento público de EI para crianças pequenas pobres. (ROSEMBERG, 2002a, p. 42).

A política de Educação Infantil no município tem privilegiado a criança de seis anos de idade, com a sua inclusão no Ensino Fundamental. Essa medida justifica-se como uma forma de adquirir mais recursos do Fundef.

A SMED tem percebido que, investir na criança de seis anos, é bem melhor do que investir na de zero a cinco anos, pois à medida que se investe na criança de seis, maiores chances ela terá de chegar em melhores condições ao Ensino Fundamental. Sobre isso o secretário faz a seguinte observação: “*É mesmo de prática e eu vejo isso até com outro olhar porque não sou especificamente da área de educação*”. Acredita-se que a criança de seis anos desenvolve melhor do que a de cinco anos e, conseqüentemente, o retorno de investimento é mais rápido. Instruir, esta é a perspectiva.

Vale lembrar que o secretário de educação é um administrador, o que reflete uma tendência adotada pelos organismos multilaterais que vêm substituindo os educadores por técnicos para tratar das questões relacionadas à educação. “A Unesco oferece um exemplo para esta substituição do perfil do especialista: até os anos de 1970, assessorias para a área da Educação Infantil ostentavam nomes como Wallon, Piaget, Zazzo; a partir dos anos de 1970 e 1980,

³⁵¹ Banco Mundial

³⁵² Fernando Henrique Cardoso - Presidente do Brasil, por dois mandatos, no período de 1995 a 2002.

assessores provêm mais da área do planejamento e da economia”. (ROSEMBERG, 2002a, p.30). A autora enfatiza, ainda, que essa prática torna difícil o diálogo interdisciplinar.

A Secretaria aposta no investimento gradativo para atingir a universalização da idade por série:

Se a gente gradativamente vai absorvendo aluno, o maior número de aluno com a mesma faixa de idade, dando o acompanhamento, teremos um resultado melhor do que temos hoje. Eu sou da linha que acredita mais na política do universalizante, mesmo que não na fase ideal. Mas que você consiga absorver o maior número de aluno na mesma fase e consiga avançar com isso.

Acreditamos que esse processo vai fazer com que a rede daqui a alguns anos dê conta dos alunos em oito, nove anos. Isso é permitir também uma rede que vai fluir melhor. E se ela flui melhor, é uma rede que otimiza mais os recursos, então possibilita, numa lógica que demograficamente deve-se manter esse número de alunos, se passe aplicar mais no Ensino Infantil. Isso é realmente a esperança de mudanças no nível federal, porque sem isso é muito difícil pra gente. (ENTREVISTA SECRETÁRIO).

Esse é um processo de produção em série, tudo igual, na idade, na formação acadêmica etc.

Um projeto de produção que prioriza o número de objetos produzido em menor tempo possível. Por meio da homogeneidade de idade e da justificativa da necessidade de indivíduos escolarizados cada vez mais cedo para que possa atender às exigências do mercado, o sistema de ensino promove a exclusão do diferente. Esse é um processo de promoção/inclusão dos “bons” e punição/exclusão dos “ruins”, que favorece um tipo humano e subordina o sujeito a um modelo.

Em relação à Educação Infantil, a SMED discutiu no ano de 2001 com a Secretaria do Desenvolvimento Social sobre a possibilidade das creches passarem



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

a atuar como unidade de Pré-escola, ou seja, substituir o atendimento em tempo integral e passar a trabalhar com Pré-escola em dois turnos, com isso, ampliaria o número de vagas na rede de Educação Infantil. Isso me leva a pensar que a SMED não trabalha com a possibilidade de incluir as creches no Sistema Municipal de Ensino. É importante lembrar que, independente da opção feita, a Educação Infantil é uma competência do município (FARIA, 2002).

O não-atendimento total a crianças de três a cinco anos é justificado por falta de uma política nacional que possibilite ao município ampliar o investimento.

O que há necessidade, agora meta, da Rede Municipal de Educação é ampliar o atendimento para crianças de três anos e meio a cinco. Estas crianças não foram absorvidas na sua totalidade, como as demais de seis anos, porque não há um projeto nacional que possa ajudar o município a implementar essas classes. Espero que aconteça agora que é a promessa do novo presidente priorizar. Pra gente, que trabalha com educação, a crença na importância da Educação Infantil na vida do ser humano. A importância é algo que a gente defende, busca e procura alternativa. (ENTREVISTA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA).

As prioridades definidas na política econômica atravessam toda a discussão da política pública inclusive quando me refiro ao pedagógico.

– Entrevistadora: E sobre a questão pedagógica?

– Entrevistado: A questão pedagógica, como eu tenho dito, a grande questão da Educação Infantil, da educação como um todo, hoje no Nordeste nós temos aí a questão do impacto do Fundef, as redes absorveram alunos, que foi uma das questões que o Fundef não deu conta dentro do que seria a realidade do Fundef. E, o Fundef foi uma realidade diferente pra menos. Hoje o que é que acontece? Nós temos um agregado do Fundef que não cobre o aluno que a rede absorveu. Essa é uma realidade que, para um município como o nosso, é muito complicada. Em 98, a perspectiva era a de absorver aluno, e o Fundef ia cobrir. (ENTREVISTA SECRETÁRIO).

Outro aspecto que chama a atenção nas Políticas Públicas de Educação Infantil em Vitória da Conquista é o fato de a SMED não possuir um levantamento do número de crianças que estão sem atendimento na Educação Infantil. Esse dado não consta dos documentos que tive acesso e, durante as entrevistas, foi evidenciada a falta de informação sobre o assunto. Veja o que diz os entrevistados:

– Entrevistadora: Quantas crianças estão sem atendimento? Vocês têm esses dados?

– Entrevistada: Não. Infelizmente não. Então nós temos somente estas 30 turmas, cada turma com mais ou menos 20 aluno, 22 alunos, 23 alunos. (ENTREVISTA GRUPO EI-SMED)

– Entrevistadora: Vocês sabem quantas crianças estão sem atendimento?

– Entrevistada: Não sei número não [...]. Posso lhe afirmar que nós temos poucas crianças de seis anos longe da escola, pouquíssima. Por que sabemos isso? Porque a escola foi buscar essa criança onde ela estava, então elas estão aí. E, essas crianças de seis anos, inclusive, são crianças que a Secretaria arca com a despesa dela, não tem política nacional para elas também não. A Secretaria abriu para assumir isso até que a gente alcance a cooperação de uma política em termos mais amplos. É [...] um trabalho, uma posição da Secretaria de assumir isso aí. (ENTREVISTA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA).

Não temos esses dados ainda, porque a Secretaria não trabalhava com esses dados. E no período que nós estamos aqui, que eu estou aqui, não conseguimos trabalhar, ainda, com dados de demanda não atendida. Trabalhamos muitas vezes, a partir das reivindicações da comunidade.

Pretendemos, a partir de 2003, implantar sistemas que dêem conta dessa demanda. Sabemos que é uma pesquisa, que não tem um cunho científico, mas nós fizemos no Orçamento Participativo, e creche apareceu demais. Só de aprovação, do ponto de vista de indicação, foram quase vinte creches. Se trabalharmos isso numa demanda de duzentos alunos você tem aí, só das pessoas que

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

participaram, uma reivindicação em torno de quatro mil alunos.

Sabemos que Conquista por ano deve está gerando *cinco mil crianças em idade de creche*, pelos dados do Ministério da Saúde, pelos dados dos nascimentos que ocorrem. Cinco mil crianças por ano, nós temos uma demanda muito grande e que tende a crescer. Para atender essa demanda por ano não é fácil.

[...] Apesar de não termos esses dados, no orçamento participativo estamos constantemente em contato com a comunidade, hoje a gente vê que a realidade nossa de demanda é muito grande de zero a cinco anos. (ENTREVISTA SECRETÁRIO).

Esse é um tema para discussão, pois, quando se pensa em investir numa determinada política, é necessário conhecer a realidade, o público com o qual se trabalha e realizar uma pesquisa quantitativa que forneça subsídios para elaborar estratégias de atuação, inclusive na canalização de recursos.

Segundo Rosemberg (2001, p. 25).

A demanda é uma necessidade sentida e expressa. Ela pode ser explícita ou latente: a explícita é avaliada através da procura de um serviço. A demanda latente é aquela que não se expressa espontaneamente, por alguma razão (distância entre domicílio e equipamento, qualidade ou tipo de serviço oferecido etc). A única forma de aferição da demanda latente é a realização de enquetes específicas.

Sandra Zákia Sousa (2000, p. 102) destaca que:

As informações quanto à cobertura do atendimento, se suficiente ou não, a possibilidade de articulação das secretarias municipais com outras instâncias da sociedade civil, o conhecimento da realidade do alunado e suas famílias, dados sobre o corpo doente desse segmento educacional são alguns itens relevantes a serem discutidos e resolvidos para que um conjunto de diretrizes sirva de

referência na operacionalização das ações dos diferentes setores envolvidos na área.

Nessa mesma linha de análise, a fragilidade é evidenciada, também, na falta de acompanhamento às instituições de ensino da rede particular. Segundo a LDB, essas instituições são de responsabilidade do Conselho Municipal de Educação.

– Entrevistadora: E a relação com as escolas particulares da Educação Infantil?

– Entrevistada: Infelizmente, a gente ainda não tem um trabalho conjunto, até mesmo, porque as escolas particulares são muito fechadas, não têm uma abertura para essas trocas. Também, como eu já coloquei, por termos como objetivo maior atender as crianças das creches, como a Secretaria não conseguiu atender ainda todas as crianças do município, da escola pública, temos primeiro esse objetivo de conseguir trazer as creches para a Secretaria e depois poder buscar essa parceria com as escolas particulares. Mas, infelizmente, ainda não temos esse trabalho. (ENTREVISTA GRUPO EI-SMED).

– Entrevistadora: Quando vocês fazem a contabilização das crianças que estão sendo atendidas no município, também, consideram dados das escolas particulares que trabalham com a Educação Infantil?

– Entrevistada: Aqui, para o Núcleo, não.

– Entrevistadora: Mas, tem algum registro?

– Entrevistada: Não. Isso aí é com o IBGE, acredito que não. Nós não somos os responsáveis. Tem que perguntar lá em cima. Mas, eu creio que não. Eu creio. Teria que ser, porque a Educação Infantil é de responsabilidade do município. Mas eu não sei se nós, do município, estamos encaminhando isso para o Estado ou se está encaminhando para cá, porque quem vai fiscalizar, não sei como é que está a instância, sei que a lei determina que quem fiscaliza é a rede municipal, mas aqui não sei se já passou, se já houve esse [...] É bom você perguntar ao pessoal mais de controle, de processos. Agora orientação pedagógica não.

E o Conselho Municipal, eu tenho a impressão que legisla sobre algum projeto desse tipo. (ENTREVISTA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA).



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Vale destacar que a Resolução 003/95, Art. 5º, diz que “qualquer entidade particular que pretenda criar Escola de Educação Infantil deverá requerer Autorização ao Conselho Municipal de Educação [...]”. (VITÓRIA DA CONQUISTA, 1995).

Causa estranhamento também verificar que a SMED não conhece os dados referentes às creches do município. Enquanto o secretário informa que atualmente a rede funciona com sete creches, a SMDS, que é responsável pelas creches, diz que há nove creches conveniadas e nove creches públicas.

Essas falas indicam que a SMED precisa de uma organização maior em relação à Educação Infantil para, inclusive, facilitar o planejamento das ações direcionadas à criança pequena. Não é aceitável que uma Secretaria de Educação não tenha conhecimento de informações básicas e fundamentais para coordenação da educação municipal.

As alternativas encontradas pelos pais para “driblar” a falta de vagas na rede pública de Educação Infantil são fatos que deverão ser pesquisados. A coordenadora do grupo de Educação Infantil, diz que eles não cobram vagas. Será que é isso mesmo que acontece? Segundo o secretário de Educação³⁵³, creche é uma das principais cobranças dos pais nas reuniões do Orçamento Participativo.

A rede de creches de Conquista é composta de 18 creches, sendo 9 creches municipais e 9 conveniadas. Dessas, uma está localizada na zona rural do município, a Creche Bem-Querer, localizada no Campus da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e que presta atendimento às crianças de berçário (aos filhos e filhas de funcionários, estudantes e professores da comunidade universitária). As demais atendem crianças a partir de um ano de idade.

Como foi citado anteriormente, as creches estão sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Social. O grupo responsável pela coordenação das

³⁵³ Ver entrevista nas páginas 87-88.

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

creches é composto de seis professoras da rede municipal que foram aprovadas no processo de seleção.

O trabalho pedagógico desenvolvido nas creches adota o modelo da *Pedagogia de Projeto* com uma metodologia voltada para a Educação Infantil:

Tem a parte filosófica, a parte teórica, a parte abstrata, mas o profissional estuda e a criança absorve toda essa parte através de uma dobradura, um recorte, uma colagem, uma interação, dramatização, coreografia. (ENTREVISTA EQUIPE CRECHE).

A equipe também é responsável por organizar cursos, encontros e oficinas para os profissionais das creches. Há uma parceria com a SMED em alguns momentos de estudos e planejamento desses eventos, mas o grupo entende que as atividades são diferenciadas, pois a organização da creche é diferente da de escola:

Existe a especificidade mesmo de quem trabalha em creche e de quem trabalha em Pré-escola. Pré-escola da escola é uma, Pré-escola da creche é outra, mesmo porque a criança não sai, não vai embora. Temos raríssimas turmas que saem. Então é tudo planejado, voltado para isso. (ENTREVISTA EQUIPE CRECHE).

Segundo Rosemberg (2002b, p. 67) “O debate entre a assistência e a educação no campo da EI brasileira ocorre, então, em momento histórico complexo: de um lado, a busca de regulamentação sob a responsabilidade do setor educação dos serviços existentes; de outro, a reintrodução da antiga concepção de atendimento à criança pequena, que ressuscita modelos assistencialistas velhos conhecidos da área (creches filantrópicas, creches domiciliares etc.), representando uma visível ameaça”.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Todas as creches funcionam com Pré-escola³⁵⁴ prestando atendimento às crianças de um a seis anos de idade. Um dos fatores que justifica essa organização é

porque a mãe quando vai matricular o menino, ela não só quer para dois anos, três anos, ela também quer para o de cinco, cinco e meio que vai completar seis. Por isso é comum, se você for à creche, encontrará criança completando sete anos, porque no início do ano ela estava com seis e a creche ainda recebeu.

Temos algumas creches que têm duas turmas: um menino toma café da manhã, almoça e vai embora, vem o grupinho da tarde almoça, tem a aula, janta e vai embora. Mas são poucas. (ENTREVISTA EQUIPE CRECHE).

No que se refere aos profissionais, há a seguinte divisão: as turmas de creche são acompanhadas por dois monitores que trabalham das 7h às 13h e mais dois que ficam das 12h até às 18h; as turmas de quatro a seis anos têm um professor pela manhã e um monitor à tarde.

Os professores e os diretores são lotados na Secretaria Municipal de Educação, e os monitores na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. “Temos 52 professoras que atendem a *Pré-escola de creche*. Nós temos pouquíssimos professores nas turmas de três anos e meio, mas a maioria dos nossos professores está nas turmas de quatro anos, cinco, cinco e meio e seis anos”. (ENTREVISTA EQUIPE CRECHE).

A coordenadora pedagógica da SMED justifica que as creches mantêm crianças com idade até seis anos de idade para “para não causar maior problemática social”.

Em relação aos profissionais que trabalham na educação infantil, por meio das entrevistas, constata-se que há uma divisão de tarefas entre os monitores e professores.

³⁵⁴ As pré-escolas que estão sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Social são denominadas de *pré-escola creche*



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Os monitores que atuam em turmas de quatro a seis anos, nas quais há professor, têm as seguintes atribuições: recepcionar a criança; acompanhar o café; o almoço; a escovação dos dentes; o sono e as atividades da tarde. Resumindo: ao monitor “caberia mais as atividades assistencialistas da criança no dia-a-dia”. (ENTREVISTA EQUIPE CRECHE). Os monitores que cuidam das crianças de um a três anos, além das responsabilidades já destacadas, elaboram e desenvolvem as atividades pedagógicas: contação de história, músicas, recreação, utilização de brinquedos educativos etc.

O professor acompanha a turma das 8h às 11h30min, sendo sua atribuição ministrar o conhecimento pedagógico. “Ao professor cabe o conhecimento a nível pedagógico. Ele entraria com os conteúdos da pré-escola, daria noções, daria conceitos”. (ENTREVISTA EQUIPE CRECHE).

Aqui mais uma vez, destaca-se a dicotomia entre o cuidar e educar, mais que isso reforça concepção do trabalho manual e intelectual, ou seja, os que executam e os que pensam. A articulação dessas duas ações tem se constituído tema de pesquisa sobre Educação Infantil e um dos principais pontos de discussão nos diferentes fóruns da área. No IV Encontro do Fórum Regional da Grande São Paulo, realizado em 1999, concluiu-se que é necessária uma política pública para a infância que contemple, conjuntamente, as necessidades sociais e educacionais da criança e sua família, no contexto da modernidade, e que não fragmente um atendimento que já apresenta grandes inconsistências.

A caracterização da instituição de Educação Infantil como lugar de cuidado-e-educação, adquire sentido quando segue a perspectiva de tomar a criança como ponto de partida para a formulação de propostas pedagógicas. [...] A expressão tem o objetivo de trazer à tona o núcleo do trabalho pedagógico conseqüente com a criança pequena. Educá-la é algo integrado ao cuidá-la. (KUHLMANN JR., 1999, p. 60).



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

O assistencial, a guarda e a proteção não se opõem à função educativa. Há um revezamento de uma prática de cuidar, para uma prática educativa.

Em relação ao fazer pedagógico, a equipe de coordenação das creches tem um entendimento que está presente em todos os momentos da instituição:

Todo o momento é pedagógico: tirar roupa, desabotoar, tomar banho, enxugar, vestir, tomar sol, brincar no caixão de areia, no parquinho, a horta, as atividades no pátio, atividades motoras dentro da sala, até a própria refeição é uma atividade pedagógica: vamos contar quantas bolachas você tem, quantas você já comeu, a postura de sentar, de tomar o suco, tomar a sopa, o mastigar, o está quente, esfriar. Tudo isso é momento pedagógico. Não pode ser separado.

Temos o pessoal dos serviços gerais que contribuem muito. Ajuda na limpeza, na organização do banho e tantas outras atividades. Por exemplo, se você vai sair para fazer um passeio, todo mundo é envolvido: diretor, professor, monitor, o pessoal do serviço geral. As pessoas têm sua função, mas no fazer pedagógico do dia não pode ser separado. (ENTREVISTA EQUIPE CRECHE).

Se, por um lado, observa-se a divisão entre o cuidar e educar, por outro, vem se evidenciando uma construção de práticas pedagógicas que buscam indissociabilizar as duas ações, mas, ao mesmo tempo, evidenciam uma fragilidade do que se entende por educativo. Não se percebe que educativo é o ato de comer a bolacha, e não o processo de contar as bolachas que estão sendo degustadas.

Esse é um aspecto importante a ser considerado quando nos referimos às práticas cotidianas desenvolvidas nas instituições de educação infantil, pois, geralmente, os profissionais se atentam somente para as ações consideradas “pedagógicas” e que estão explicitamente relacionadas ao processo de leitura e escrita e, muitas vezes, não percebem que por meio de movimentos, ações,



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

atividades que parecem “automáticas”, como por exemplo, o ato de comer, ocorre um processo educativo que deve ser valorizado.

A Pré-escola³⁵⁵ que está localizada dentro de instituições escolares de Ensino Fundamental é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

A SMED tem a seguinte organização: o secretário de educação; a coordenação pedagógica, responsável pelo núcleo pedagógico que é subdividido em grupos que assessoram cada etapa da educação municipal: grupo de Educação Infantil; grupo de Alfabetização de Jovens e Adultos; grupo das Escolas Multiseriadas da Zona Rural; grupo das Turmas de 8ª série.

O grupo de Educação Infantil é responsável, também, pelas classes de alfabetização das escolas seriadas da zona urbana, pelas escolas cicladas (ciclo I e II e classe de progressão) e as turmas de alfabetização na zona urbana. A equipe é composta de seis pessoas, cada uma é responsável por diferentes atividades que são socializadas com os demais membros da equipe.

Atualmente, há 30 turmas de Pré-escola, cada turma tem, em média, 20 alunos. As escolas funcionam nos turnos matutino e vespertino. Em 2002, a rede de Pré-escola teve algumas conquistas significativas: a melhoria dos espaços físicos; a inclusão de coordenadores pedagógicos em cada escola e o Espaço de Leitura.

O trabalho pedagógico desenvolvido nas instituições de Pré-escolar tem, como foco principal, os jogos e brincadeiras. Uma das orientações é “a criança aprende brincando e brinca aprendendo”. (ENTREVISTA GRUPO EI-SMED). O grupo de Educação Infantil compreende que o lúdico deve estar presente em todas as atividades realizadas com as crianças:

não é só dar brincadeiras com objetivo só cognitivo, mas sempre colocar tudo que a criança faz, todas as atividades que a criança faz, ela tem uma necessidade

³⁵⁵ As pré-escolas que estão sob a responsabilidade da Secretaria de Educação são denominadas de *pré-escola escola*

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

de ter um fundo lúdico, ter o brincar, a maneira como ela se expressa. Pedimos ao professor que trabalhe com música, com histórias infantis, com as brincadeiras, com jogos.

[...] A orientação que a gente dá é essa, que elas sempre trabalhem respeitando o ritmo da criança, observando em que fase ela está, o nível cognitivo da criança, mas sempre num contexto lúdico, num contexto que envolva poesias, música, brincadeira.

Ressalto que a SMED ainda não possui um projeto político-pedagógico mais elaborado, não há documentos que instrumentalizem e orientem os professores da Educação Infantil sobre as questões discutidas e pensadas pela Secretaria sobre essa etapa da Educação Básica.

No cotidiano escolar, são desenvolvidas algumas atividades de rotina: a rodinha³⁵⁶ do bate-papo, na qual a criança fala sobre o seu dia, a sua família, a casa, o que faz etc; utilização de músicas com o objetivo de trabalhar a oralidade e expressão corporal da criança; contação de história; dramatização, etc.

Segundo a coordenadora do grupo de Educação Infantil, os professores que atuam nas Pré-escolas percebem a importância do seu trabalho para facilitar o ingresso da criança no Ensino Fundamental. Ela afirma que:

Percebemos que as crianças do ciclo inicial que passaram pela Educação Infantil têm um desenvolvimento bem maior, mais fácil - os professores perceberam isso, a gente fez essa avaliação - do que as crianças que entram aos 6 anos sem passar pela Educação Infantil. Os professores não só tem feito essa análise como eles também têm cobrado isso.

O objetivo de promover a criança para o Ensino Fundamental é explicitado em todas as entrevistas. Há uma grande satisfação por parte dos entrevistados em afirmar que a criança da Pré-escola se desenvolve melhor no Ensino Fundamental

³⁵⁶ Termo utilizado pela entrevistada do grupo de Educação Infantil da SMED.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

do que as que não tiveram acesso a essa etapa da educação. Instruir a criança para o futuro caracteriza-se como o principal objetivo da Educação Infantil, pois, quando a criança sai da creche e Pré-escola alfabetizada, melhor será o seu desempenho no Ensino Fundamental e, conseqüentemente, diminui o índice de retenção nessa etapa da Educação Básica. Há economia de tempo e finanças.

Nesse processo, a avaliação tem um papel fundamental, pois oferece informações que irão definir se a criança está apta a ingressar no Ensino Fundamental.

CONCLUSÕES

Na presente pesquisa, foi possível confirmar os principais aspectos do atual processo de municipalização da educação brasileira que vêm sendo denunciados por pesquisadores da Educação Infantil e das políticas públicas: falta de financiamento para Educação Infantil; prioridade de atendimento para o Ensino Fundamental; “quase” ausência da União, especialmente, no provimento de verbas aos municípios; inclusão da criança de seis anos no Ensino Fundamental; ausência de diagnósticos que indiquem a demanda para a Educação Infantil; o abandono de políticas de atendimento às crianças de 0 a 5 anos; a definição de prioridades a partir da gestão econômica.

É importante considerar que o efeito das lutas acaba por hegemonizar, com as políticas públicas, uma visão de tipo humano e de sociedade que se objetiva formar e que deve constituir o ideal a ser alcançado pelas instituições de ensino. Assim, acredito que a construção de documentos que regulamentam as propostas elaboradas pelos gestores é de fundamental importância tanto para registro como divulgação das idéias na comunidade. Por isso, é importante que o município pesquisado regularize e/ou faça uma revisão dos documentos que regulamentam a Educação Infantil.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Além disso, os dados indicam a necessidade de maior divulgação e socialização das informações sobre a Educação Infantil entre as equipes administrativas, pois espera-se que os sujeitos envolvidos nesses setores tenham conhecimento básico da área na qual trabalham. Deve-se considerar, também, a necessidade de constante *atualização dos dados* referentes à demanda de atendimento, número de crianças atendidas, quadro e qualificação de funcionários, entre outras questões, afinal a ausência de dados confiáveis sobre a Educação Infantil é um dos fatores marcantes na pesquisa. É importante lembrar que os dados quantitativos – muito mais do que números, gráficos, tabelas – expressam a realidade do município e fornecem elementos para que os gestores das políticas públicas possam definir prioridades e elaborar estratégias de ação para atender às demandas existentes.

A pesquisa indica também a necessidade de maior investimento na Educação Infantil tanto por parte do município, como Estados e União. É necessário colocar em prática o Art. 211 da Constituição Federal que determina a atuação conjunta entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Princípio reforçado na Lei de Diretrizes e Base da Educação e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O município pesquisado destaca a necessidade de uma política nacional que garanta a expansão do atendimento da Educação Infantil, principalmente, quando nos referimos ao financiamento. São evidentes os prejuízos que o Fundo de Manutenção do Magistério (Fundef) causa à Educação Infantil, ao canalizar basicamente toda a verba da educação para o Ensino Fundamental. Em nível nacional, tem sido discutida a proposta de criação do Fundo da Educação Básica, como uma alternativa para melhorar os investimentos na Educação Infantil e na Educação de Jovens e Adultos.

Um outro fator que chama a atenção é o quase abandono no atendimento às crianças da faixa de zero a cinco anos. O atendimento tem sido direcionado, basicamente, para crianças da faixa etária de seis anos, por meio da sua inclusão no



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Ensino Fundamental, ou seja, a criança dessa faixa etária passa a fazer parte de um processo educacional de nove anos, um modelo escolarizante cujo princípio básico é a homogeneidade. Vale destacar que 60% dos municípios brasileiros têm adotado essa alternativa para atender à demanda da Educação Infantil. Isso se justifica por uma política de economia de tempo e finanças, pois a criança de seis anos garante um maior retorno à taxa de investimento uma vez que o processo de alfabetização nessa etapa tem, aparente, “sucesso garantido”. Devemos questionar como ficarão essas crianças com a tendência que vêm se configurando, em vários municípios, de extinção do Ciclo Básico de ensino?

Conseqüentemente, as crianças menores estão excluídas do processo coletivo de vivência.

Devemos considerar que a ausência de um lugar para deixar as crianças pobres reproduz e cristaliza a divisão de classes, gênero, raça e idade. Além disso, produz a criança pobre, porque as famílias são obrigadas a permanecer em casa ou deixá-la em equipamentos empobrecidos em qualidade. As propostas de atendimento à criança da faixa etária de zero a três anos reforça a concepção de uma *educação pobre para pobre*. A proposta de atendimento a essas crianças é a construção de espaço específico e de um atendimento de meio período, o que garantirá um maior número de crianças atendidas com menos recursos. E o que fazer com outro meio período em que a criança estará fora das instituições de Educação Infantil? Será que os gestores das políticas desconhecem a realidade das crianças que freqüentam as instituições públicas de ensino? Na sua maioria são filhos de pais e mães trabalhadoras, que procuram essas instituições para que os filhos não fiquem na rua ou tenham que ingressar, de forma precoce, no mercado de trabalho.

Essa diferença no atendimento prevalece até mesmo nas atribuições dos profissionais que atuam na Pré-escola (professoras) e os que atuam nas creches (monitoras). Diferenciação que reflete e reforça a dicotomia entre as funções das



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

instituições que cuidam (Creche) e que educam (Pré-escola). Essa dicotomia é considerada inconsistente por alguns pesquisadores.

Pesquisadores e profissionais da Educação Infantil são unânimes em defender a prioridade para a criança pequena. Entretanto, não é isso que vem acontecendo nas políticas públicas, mesmo se verificando nos documentos analisados e nas entrevistas a concepção de uma infância de direitos. A criança é compreendida como um sujeito que precisa ser respeitado no seu processo de desenvolvimento: os estágios e/ou a sua relação com o meio que vive. Mas o eixo central das políticas da Educação Infantil é a expansão sem qualidade. Políticas que contribuem para o empobrecimento do atendimento as crianças pequenas promovem e reforçam as desigualdades sociais e de gênero. Uma Educação Infantil que não é falada na sua qualidade de educação.

Com os resultados dessa pesquisa, é possível inferir que o fato de o município ser administrado pelo Partido dos Trabalhadores não apresenta avanços nas políticas públicas de Educação Infantil, apesar da evidência de algumas ações, preocupações e de um discurso avançado, mas que não se efetiva.

Devemos reconhecer que existe uma ordem maior, o Fundef, que tem determinado as ações dos governos municipais. Mas, no que tem sido feito, observa-se, principalmente, uma defasagem entre oferta e demanda, e a falta de ações que priorizem a qualidade nos serviços prestados à criança pequena. Compartilho das discussões que defende um atendimento à criança pequena com qualidade, uma qualidade que está atrelada à quantidade, ou seja, mais instituições, maiores espaços, maior número de profissionais qualificados e bem remunerados. Um atendimento que garanta às crianças o direito de viver a sua infância.

Acredito que os gestores das políticas para a infância precisam compreender o que significa o direito das crianças à Educação Infantil. O que é feito nas políticas públicas são proposições baseadas naquilo que os adultos



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

compreendem como necessário para a infância. E, o mais grave é que os gestores das políticas não têm garantido nem os direitos básicos já conquistados com as lutas dos movimentos sociais, como, por exemplo, acesso às instituições de ensino com qualidade.

Com o presente trabalho, pretendo contribuir com as discussões na área da Educação Infantil, especialmente, das políticas públicas de educação do atual contexto político brasileiro em que o Partido dos Trabalhadores administra a Presidência da República.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Isabel C. de J. Políticas públicas em educação infantil. *Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós Graduação Em Educação da Universidade Federal de São Carlos, 2003.*

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Brasília, DF, 1998. 3v.

_____. Ministério da Saúde, Ministério da Criança/Projeto Minha Gente. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, DF, 1991.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. *FUNDEF: o que é Fundef*. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 19 jan. 2003.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Escola infantil: pra que te quero?. In: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. *Educação infantil: pra que te quero?* Porto Alegre: Artmed, 2001. Cap.1, p. 13-22.

FARIA, Vitória Livia Barreto. Integração das instituições de Educação Infantil aos sistemas de ensino: conquistas e dificuldades. *Revista Criança*, Brasília, DF, n. 37, p. 31-36, nov. 2002.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

- GUIMARÃES, José Luiz. O financiamento da Educação Infantil: quem paga a conta? In: MACHADO, Maria Lúcia de A. (Org.). *Encontros e desencontros em educação infantil*. São Paulo: Cortez, 2002. Parte 1, p. 43-56.
- KRAMER, Sônia. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. 2. ed. Rio de Janeiro: Achamé, 1984.
- KUHLMANN JR., Moysés. Educação infantil e currículo. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; PALHARES, Maria Silveira (Orgs.). *Educação infantil Pós-LDB: rumos e desafios*. Campinas: Autores Associados. 1999. Cap. 3, p. 51-65. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. Secretaria de Assuntos Institucionais. *O modo petista de governar: programa de governo*. São Paulo, [1996].
- PINTO, José Marcelino de Rezende. Financiamento da educação no Brasil: um balanço do governo FHC (1995-2002). *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 23, nº. 80, p. 109-136, setembro 2002.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Avaliação de programas, indicadores e projetos em Educação Infantil. *Revista Brasileira de Educação*. SP: ANPED, n. 16, p. 19-26, Jan/fev/mar/abr/ 2001.
- _____. Organizações multilaterais, Estado e políticas de Educação Infantil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 115, p. 25-63, mar. 2002a.
- _____. Do embate para o debate: educação e assistência no campo da Educação Infantil. In: MACHADO, Maria Lúcia de A. (Org.). *Encontros e desencontros em educação infantil*. São Paulo: Cortez, 2002b. Parte 1, p. 63-78.
- SOUSA, Sandra Zákia Lian. A prática avaliativa na escola de 1º grau. In: SOUSA, Clarilza Prado de (Org.). *Avaliação do rendimento escolar*. 7. ed. Campinas: Papirus, 2000. Parte II, p. 83-108. (Coleção magistério. Formação e trabalho pedagógico).
- VITÓRIA DA CONQUISTA. Conselho Municipal de Educação. Resolução nº 03, de 1995. Fixa as normas para instalação, autorização e funcionamento de unidades de Educação Infantil. Vitória da Conquista, BA, 1995.
- _____. Secretaria Municipal de Educação. *Diário de acompanhamento: Educação Infantil*. Vitória da Conquista, BA, [s/d].
- _____. Secretaria Municipal de Educação. *Regimento Unificado das escolas municipais de 1º grau*. Vitória da Conquista, BA, 1996.